

## Declaração de Voto

17-02-2021

### 1.3 – 1.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual do Ano de 2021-02

Relativamente a este ponto, traduz-se na integração do saldo de 2020 nas rúbricas do orçamento e do plano plurianual de 2021, para o completar e que atinge uma verba total superior a 100.000.000,00 euros, que vamos nos ABSTER. Voltamos a transcrever a declaração de voto, de seguida, que realizamos na reunião de Câmara de 25-11-2020, quando foi discutido e deliberado o orçamento e a grandes opções do plano para o ano de 2021, que no entanto foi enviada a nossa declaração de voto para anexo da ata de 25-11-2020, que não concordamos e rejeitamos esta situação. A transcrição da declaração de voto de ABSTENÇÃO, que se inicia no parágrafo seguinte é a nossa visão e posição sobre o orçamento e as grandes opções do plano para 2021.

#### Preâmbulo

Todos os anos somos levados a refletir sobre os destinos do nosso Município, os objetivos e as condições económico-financeiras inerentes às metas que queremos atingir. Mais uma vez, como vereador da CML e representante da Lagos Com Futuro, sou a dar a minha opinião sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento 2020. Contamos que haja da parte do executivo o respeito e a valorização das nossas propostas (LCF), já aprovadas e de outras que aqui apresentamos, que se traduz em esforço que todos nós fazemos para melhorar o nosso município.

O reforço e o prestígio do poder local só se constroem plenamente em ambiente democrático, respeitando a oposição como forma de respeitar os eleitores que nela depositaram a sua confiança. Neste sentido, todos somos Lacobrigenses e todos procuramos o melhor para a comunidade. É sinónimo de inteligência ouvir, discutir, valorizar e efetivar as propostas de outros quando se revelam benéficas para o coletivo.

É minha opinião que a gestão política camarária, que o Sr. Presidente é a figura máxima, tem usufruído de uma oposição construtiva, que tem apresentado propostas,



recomendações, sugestões e análises críticas, neste órgão autárquico melhorando o ambiente político e dando uma imagem institucional de maior credibilidade a este órgão.

Com efeito, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político impõe, às administrações autárquicas, novos desafios e debates sobre as fronteiras que balizam a administração central e local.

Para a comunidade, o desafio agrupa-se na necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação.

Assim o novo paradigma que se pretende implementar, assenta numa nova visão, do que deve ser o novo Poder Local, assumida quer pelos “novos” gestores políticos, quer também pelas populações. É fundamental fazer dessa reflexão, um ponto de partida para as soluções, que podem melhorar o Poder Local. É fundamental, ser criada uma nova “ideia de cidade”, que se quer inovadora e integradora, e que permita atingir novas performances, necessárias para a mudança de paradigma.

As autarquias devem conhecer os seus próprios pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças (através da realização de uma análise SWOT), de forma a que possam traçar um plano de ação destinado a “vender” a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento.

Por outro lado, cada vez mais, os habitantes participam na “vida” do município, pelo que emergem movimentos de cidadania, procurando ajudar a criar soluções para o desenvolvimento autárquico. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade e aceite pelos munícipes.

As autarquias têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje, em geral, com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Os executivos/partidos eleitos nos últimos anos não podem continuar a ter uma conduta política orientada, sobretudo, para a sua auto preservação no poder, como forma de investirem mais em si próprios do que no interesse público. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais

tradicionais. Iniciar estratégias para a implementação de uma “cidade inteligente”, como está a acontecer pelo Mundo em inúmeras cidades, é um imperativo autárquico.

Nesse sentido, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de iniciarmos o processo de “mudança”, através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global que vivemos, num mundo em constante mutação e onde todos “competem” entre si, inclusive as autarquias.

### Grandes Opções do Plano e Orçamento

1. As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas construtivas aqui apresentadas aos documentos, não têm cariz redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, conseqüentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade. No entanto temos a plena convicção que estes documentos são apenas e só inspirados no programa eleitoral do PS;
2. Um orçamento, para o Município de Lagos que atinge um valor de **66.556.530 euros**, é o proposto para o ano de 2021 que se irá somar o resultado da gerência do exercício de 2020, que segundo a informação do Sr. Presidente será superior a 30.000.000,00 euros, na prática o orçamento rondará os **100.000.000,00 euros**;
3. Um aumento muito significativo das receitas municipais, por via da arrecadação de impostos, ano após ano, desde o ano de 2014 e que todos nos devemos congratular. Um orçamento significativo a nível regional (penso que deverá ser o segundo maior orçamento a nível do distrito) e mesmo a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa;

4. Temos conseguido este excelente desempenho, por força da arrecadação de impostos nos últimos anos e também de muita contenção e redução nos investimentos públicos Municipais (em 2019 a execução orçamental para as PPI foi de apenas 29% e a execução orçamental foi de apenas 26% do previsto);
5. Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais, que certamente será de todo impossível a sua concretização e que implicará, uma vez mais, uma fraca execução orçamental à imagem do que tem acontecido nos últimos anos e muito provavelmente também acontecerá no ano de 2021, atendendo que é também um ano de eleições autárquicas. No entanto, muito ficou por considerar, segundo a nossa opinião, nomeadamente a introdução na redação do documento de questões de inovação, de competitividade e na assunção de um futuro Município integrado nas cidades inteligentes;
6. Consideramos que o documento apresentado das GOP é bem-intencionado, mas nem no espaço temporal de um mandato autárquico o mesmo é exequível. Seria bom, um documento (GOP) com uma maior racionalidade e com muito menos propostas, mas que fossem efetivamente concretizadas;
7. Ficou também por explicar para o ano de 2021, como é que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos, aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é entendível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados;
8. Também não os conseguimos descortinar no Plano Plurianual de Investimentos. Por cada medida definida nas GOP deveria ser identificada qual a rubrica do

- orçamento correspondente. E deveria existir uma correspondência entre o Orçamento e o PPI, que sinceramente não consigo fazer essa ligação;
9. No Eixo I - **Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município**, é referido o que a autarquia pretende fazer na área da oferta habitacional. Só agora, passados que são muitos anos sobre a identificação de um problema que aflige o Município, finalmente a Autarquia deu os primeiros passos para começar a resolver este grave problema social, que tanto tem afetado os nossos Municípios, por falta de investimento, quer público, quer de privados, na construção de casas para compra a preços controlados e casas para habitação social e ainda para arrendamento. Tudo isto, devido à falta de uma visão estratégica dos gestores políticos da nossa Autarquia, que durante muitos anos não se preocuparam com estas situações;
  10. Compramos finalmente um terreno onde vão ser construídos cerca de 100 fogos, mas que ainda falta concretizar o projeto. Andamos ainda a encomendar estudos como a “Carta Municipal da Habitação”, para identificar quantas famílias e jovens precisam de habitação, quando o problema se manifesta todos os anos e afeta a todos;
  11. Foram lançados concursos para a construção de 29 fogos, em Lagos, Bensafrim e nas Portelas. Por outro lado todos nós sabemos que as necessidades habitacionais, são hoje, sem qualquer estudo que o sustente, mas apenas confiando na perceção individual, bem como fazendo fé nas inscrições das pessoas na autarquia à procura de casa, superiores 4 ou 5 mais que a construção dos 100 fogos, que a autarquia pretende construir na zona da Chesgal, que não sabemos ainda em que ano poderão estar prontos para entrega e venda aos interessados;
  12. Ainda assim, penso que os fogos que estão agora previstos, são claramente insuficientes para resolver a situação de falta de habitação social, para venda a custos controlados e para arrendamento;

13. Foi desenvolvido o nicho de mercado habitacional mais caro, voltado para as segundas habitações e que naturalmente são também necessárias para atrair outro tipo de pessoas à nossa cidade e que visam o lucro dado que são os promotores imobiliários a concretizar estes projetos;
14. Lagos com Futuro considera que o problema da habitação em Lagos deve ser encarado com uma maior celeridade e como uma prioridade estratégica para a sustentabilidade social e humana do Concelho, e nos próximos 8/10 anos a Câmara deve definir um plano orçamental ambicioso e rigoroso nesta área tão sensível de forma a dar uma resposta robusta a esta problemática;
15. **Reforçar o apoio à Juventude**, passa também por ter uma política de habitação Municipal, que realize uma oferta de fogos para os jovens que hoje são obrigados a viver na casa dos pais até aos 35 anos e mais, por impossibilidade de adquirirem um imóvel para habitação própria, para constituírem família, devido aos preços proibitivos que se praticam no nosso Município na venda de imóveis para habitação, que se agrava com a não concessão de empréstimos bancários para este fim;
16. Ainda no Eixo I - **Reforçar a Igualdade Social e a Segurança**, enfrentamos na cidade um grande problema que se vem a agudizar ano após ano, que são os grupos de pessoas indiferenciadas, que ocuparam e tornaram partes da nossa cidade num ghetto, com cães a acompanharem e ocuparem a via pública, concretizando também as necessidades básicas no espaço público e à frente de todos, e conseqüentemente a assustarem os munícipes (constituindo um fator de insegurança para a comunidade). Para além deste aspeto, também o problema da venda de droga ou imitação de droga no Município, tema que tem sido abordado por diversas vezes em reuniões de câmara, precisa de ter uma resolução musculada. Neste Eixo tem que ser resolvido o problema de Segurança no nosso Município;

17. Sobre o tema da **Segurança**, consideramos que o Sr. Presidente deverá insistir junto do governo o reforço do número de polícias para Lagos, dado que o número de efetivos são claramente insuficientes e abaixo dos rácios nacionais, tendo em conta o número de habitantes;
18. **Ainda Relativamente à Segurança**, no Eixo Estratégico I, realizei em conjunto com o Sr. Vereador Nuno Serafim uma proposta designada **“Valorização do Bombeiro Lacobrigense”**, deliberada por unanimidade em 27-11-2019, há cerca de um ano atrás, que não foi ainda concretizada. Parece que o problema, segundo o Sr. Presidente é da necessidade da elaboração de um Regulamento Municipal, no entanto também não consta nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento para 2021;
19. Recordo que a proposta aprovada por unanimidade consistia na isenção aos Bombeiros de Lagos do pagamento da Taxa Municipal de Disponibilidade da água, dar acesso gratuito aos serviços de ginásio e Piscinas Municipais e a isenção do IMI, um prémio pequeno para quem arrisca a vida em prol de todos nós;
20. Fica a questão, se na isenção da água aos oradores de Bensafrim, não foi preciso elaborar nenhum regulamento, foi apenas com uma deliberação de Câmara, porque não se pode adotar o mesmo procedimento com os Bombeiros? Passado um ano, qual a razão de ainda não ter sido elaborado o regulamento? Pretende o Sr. Presidente fazer cumprir a deliberação camarária?;
21. **Relativamente ao Reforço da Igualdade Social** é necessário outro tipo de medidas, como a atração de investimentos e investidores no Município de Lagos, que crie mais riqueza e postos de trabalho em quantidade e qualidade, de forma a retirar as pessoas das dificuldades sociais e económicas que hoje existem, principalmente devido à pandemia e os apoios sociais atribuídos pela Autarquia se possam reduzir ao mínimo;

22. No eixo estratégico II - **Lagos mais Ordenada e Limpa** - Este eixo estratégico, tem sido uma pedra no sapato da nossa Autarquia, desde há alguns anos para cá. As limpezas urbanas da cidade desde 2014 têm sido sofríveis devido à entrada da nova empresa que ganhou dois concursos públicos e a empresa supra Municipal Algar tem falhado com as suas obrigações. Da parte dos serviços de Ambiente da Câmara houve alguma melhoria no desempenho, nos últimos 2/3 anos, com a aquisição de novas viaturas e o reforço de equipas de trabalho. Urge continuar a exigir que os serviços em out-sourcing sejam efetivamente cumpridos pelas empresas e é imperativo que o próximo concurso de limpezas urbanas do Município que contemple um valor base mais elevado de forma a atrair outras empresas a concorrer e assim podermos melhorar o **Desempenho das Limpezas Urbanas no Município de Lagos;**
23. **A Qualificação do Ambiente Urbano** no que respeita à concretização da 3.<sup>a</sup> fase do anel verde, embora anunciado antes das eleições de 2017 na comunicação social e referido nas GOP para concretizar em 2021, no Plano Plurianual de Investimentos, podemos constatar que só em 2022 e até 2024 se prevê a execução deste projeto;
24. **A Qualificação do Ambiente Urbano**, impõe também um reformular dos projetos de rotundas e zonas de arruamentos onde persistem áreas extensas de relva e deste modo retirar estas áreas verdes substituindo-as por outros materiais decorativos considerando o elevado consumo de água que está inerente à sua manutenção.
25. E também seria importante promover os estudos e projetos necessários para promover o armazenamento de águas pluviais em zonas estrategicamente funcionais do nosso município e um Plano Estratégico Municipal da Gestão da Água, bem como informar as pessoas da evolução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve;
26. No que respeita ao Eixo II (**Lagos Mais Ordenada e Limpa**), relativamente a **Melhorar as Acessibilidades e a Mobilidade**, não percebemos a razão da não

implementação da minha proposta (em representação da LCF), aprovada por unanimidade em 08-01-2020, designada “Lagos passo a Passo”. Se não foi executada em 2020 no mínimo deveria constar nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de 2021. Pretende o Sr. presidente cumprir esta deliberação camarária?;

27. Recordo o teor da proposta:

1. “Se percorrermos a nossa cidade, encontramos todas estas dificuldades e outras No espaço público, que deveria ser de todos, existem um conjunto grande de situações impeditivas, que excluem muitas pessoas da sua utilização plena, principalmente aquelas que possuem mobilidade reduzida;
2. Podemos designá-las como barreiras arquitetónicas, que ocupam os espaços públicos e principalmente os passeios limitando a utilização de pessoas com mobilidade reduzida (ex: cadeiras de rodas, cadeiras de bebés);
3. Como exemplo, que todos nós conhecemos, existem as caldeiras de árvores, os candeeiros de iluminação pública, bolas/prumos, degraus/falta de rampas, papeleiras, sinalização vertical de trânsito, falta de rebaixamento de passeios para o nível da estrada, entre muitos outros;
4. Por sua vez também existem muitas passadeiras mal colocadas e mal dimensionadas, que importa corrigir que dificultam a mobilidade de todos nós e que urge corrigir, para que o Município melhore a mobilidade dos peões;
5. O nosso Município deve ser inclusivo, também no que respeita a melhorarmos a segurança das nossas ruas e que os nossos passeios se tornem confortáveis e que possam ser utilizados por todos, mesmo aqueles com mobilidade condicionada;

Proposta

1. Elaborar um estudo/diagnóstico da situação que nos encontramos no contexto da problemática em apreço, que aponte propostas de alteração das situações que não estão em conformidade;
  2. Para a concretização do projeto “Lagos passo a passo”, deverão ser lançados posteriormente ao estudo, concursos públicos de obras, faseados, inicialmente na Cidade e posteriormente nas Freguesias, para que todo o Município seja intervencionado e torne acessível e seguro para todos;”
28. **O Eixo III – Lagos Mais Sustentável**, nomeadamente no que respeita em **Promover o Desenvolvimento Económico e Ambiental**, carece a nível de economia se tome medidas de apoio à economia, para evitar a destruição da mesma, tentando manter ativas as empresas do Município, e desse modo é necessário concretizarmos algumas propostas de curto prazo de apoio direto à economia, bem como outras propostas mais estruturais e de médio/longo prazo. Sugerimos de seguida algumas propostas:
- Criação da I QUINZENA GASTRONÓMICA DE LAGOS DO PEIXE E DO MARISCO, através da seguinte PROPOSTA:
    - 1- O objetivo deste projeto é o de potenciar a economia local e promover o que no nosso Município temos de melhor, a nível de gastronomia do mar, doçaria e de vinhos, em articulação e COOPERAÇÃO com todos os empresários locais;
    - 2- Lançar a I Quinzena Gastronómica de Lagos, com a designação de Quinzena Gastronómica do Peixe e do Marisco;
    - 3- Convidar todos os Restaurantes do Concelho de Lagos que queiram participar. Estender o convite às unidades de alojamento, aos produtores de vinhos de mesa e às doceiras, todos empresários locais (ou com negócios no nosso Município) para participarem neste projeto, com COOPERAÇÃO de todos e entre todos;

- 4- Como sugestão os restaurantes participantes, poderiam elaborar um pequeno menu extra (menu da quinzena) para os clientes que desejem participar neste projeto Gastronómico. Esse menu seria constituído por entradas e pratos principais alusivos ao tema (três/quatro), e ainda igualmente 3/4 sobremesas típicas regionais/locais. Adicionalmente o menu incluiria uma sugestão de um vinho de mesa (Branco/Tinto/Rosé), bem como uma bebida aperitiva e outra bebida digestiva, produzido por um empresário local;
- 5- Tanto quanto possível os pratos a incluir no cardápio de cada restaurante, deveriam refletir as tradições gastronómicas locais;
- 6- Relativamente às sobremesas a promover nesta Quinzena Gastronómica, a Câmara poderia elaborar/sugerir uma lista de várias sobremesas de especialidade local, sendo que cada restaurante optaria por aquelas que entendesse. Adicionalmente e numa próxima edição deste evento a Autarquia pode desafiar as doceiras locais a pesquisarem e produzirem receitas antigas, de cariz inovador, sobretudo inspiradas em saberes de gerações antigas com o objetivo de produzir “novas” sobremesas e “novos doces”;
- 7- Seria elaborado pela Câmara uma lista de nomes e contactos de empresas/empresários participantes na quinzena gastronómica, de restaurantes, unidades de alojamento, produtores de vinhos e doceiras. Estas listas seriam públicas, de forma a que, cada participante saiba quem são os restantes empresários participantes para potenciar e criar sinergias entre todos;
- 8- Os restaurantes participantes deveriam, alocar à Quinzena Gastronómica um mínimo de 20% da sua capacidade;
- 9- Todos os participantes deveriam promover nos seus websites e redes sociais este evento e no caso das unidades de alojamento e como sugestão poderiam aproveitar

para oferecer um pequeno desconto do alojamento aos clientes (não obrigatório), que queiram participar na quinzena gastronómica e façam pelo menos uma reserva nalgum restaurante participante;

- 10- As unidades de alojamento deveriam colocar no seu hall de entrada um painel idêntico ou igual ao que deverá ser fornecido, pela nossa Câmara, aos restaurantes participantes para promoção do evento de forma a uniformizar a Comunicação/Marketing;
- 11- O papel da nossa Autarquia seria o de coordenar e organizar este evento. A promoção das quinzenas gastronómicas de Lagos, deveriam ser realizadas através de uma empresa de comunicação/marketing de prestígio (conforme já falamos em reuniões anteriores), com a responsabilidade/tutela da nossa autarquia;
- 12- Como sugestão a Câmara deveria incluir na promoção do evento no seu Website, e informar quem são os participantes, disponibilizando também um link de cada participante (website e/ou rede sociais, contactos, entre outros), que no caso, por exemplo, das unidades de alojamento, poderia ser exportado imediatamente para a página das reservas da respetiva unidade de alojamento;
- 13- A Câmara deverá ser o coordenar deste projeto, e deverá promover o mesmo através da empresa de Comunicação e Marketing que pretende contratar para a realização da campanha de marketing e Comunicação do nosso Concelho. Era aconselhável, para destacar o lançamento da I Quinzena Gastronómica do Peixe e do Marisco, que fosse publicitado de várias formas, na imprensa nacional, em Jornais, revistas, e na própria televisão, entre outras formas de publicidade positivas. Seria o início de um processo de divulgação da imagem da nossa Autarquia, que se pretende ser potenciador da atividade económica local;

Aprovar este evento e torná-lo num evento regular, a partir de 2021;

### 31- PROPOSTA - “Criação de Festival de Música de Verão em Lagos”

Na Reunião de Câmara de 05-02-2020 apresentamos a seguinte proposta, que foi chumbada e que em opinião da LCF e logo que a pandemia acabe, deveria ser a proposta submetida novamente a deliberação e desta vez aprovada, para ajudar a economia local.

Considerando que:

1. Os Festivais de música são fenómenos emergentes a nível nacional, que se realizam durante a época de Verão, e que contribuem para o desenvolvimento local, nomeadamente no que concerne à potenciação da imagem da cidade nas diversas vertentes, como sejam, o turismo, a economia, a política e o social;
2. Em Portugal são realizados vários festivais de música que tem impactos muito positivos nas áreas onde são realizados e nas vertentes referidas no ponto anterior, como são exemplo: 1- O Meo Sudoeste que movimenta cerca de 200 mil espetadores por edição, com uma faturação superior aos 3 milhões de euros, 2- O Nós Alive que movimenta cerca de 150 mil espetadores por edição, com uma faturação superior a 5 milhões de euros; 3- O Vodafone Paredes de Coura que movimenta mais de 100 mil espetadores por edição, com uma faturação superior a 2 milhões de euros; 4- O Super Bock Super Rock que movimenta cerca de 90 mil espetadores por edição, com uma faturação superior a 2 milhões de euros; 5- Meo Marés Vivas que movimenta cerca de 90 mil espetadores por edição, com uma faturação de cerca de 1,5 milhões de euros; 6- Nós Primavera Sound que movimenta cerca de 70 mil espetadores, com uma faturação superior a 2 milhões de euros. Para além deste Festivais mais mediáticos, são também organizados Festivais em inúmeras Autarquias por todo o País e Ilhas;

3. Lagos enquanto cidade turística por excelência possui condições ótimas para a realização deste tipo de eventos, nomeadamente pela oferta turística existente, quer a nível de alojamento (hotéis, alojamentos locais, parques de campismo, entre outros), quer a nível de restauração, que associado à beleza natural da cidade, que incluem as praias, falésias e ainda das boas temperaturas, que atrai desde sempre um público jovem, reúne todas as condições para a realização anual de um evento desta natureza;
4. Existem várias empresas a nível nacional que são especialistas em organizações deste tipo de eventos e que a nossa autarquia pode convidar uma delas a realizar uma parceria para a realização deste evento com a nossa autarquia, ou utilizar o mesmo modelo de organização dos festivais referidos anteriormente, ou seja, convidar uma empresa com uma marca de prestígio, para organizar o festival com uma perspetiva empresarial, cedendo a autarquia um espaço (a definir, junto ao Estádio Municipal seria uma hipótese dado que os balneários junto ao Campo 2 podiam ser afetados ao Festival) para a realização do mesmo;
5. Este evento contribuirá para a imagem da nossa cidade de uma forma muito positiva e beneficiará a atividade económica na nossa Autarquia, como acontece com as localidades onde são organizados os festivais;
6. A duração do festival (a combinar) poderia por sugestão ser de 3 a 5 dias, com um modelo idêntico a outros festivais, nomeadamente no convite a artistas nacionais e estrangeiros de referência e com oferta de restauração no local durante as horas do espetáculo;
7. Como se trata de um festival de verão, a sugestão seria de realizar na segunda semana de setembro, em datas onde os jovens ainda se encontram em férias de verão, que no caso do ano de 2020, poderia ser entre os dias 9 de setembro (quarta-feira) e o dia 13 de setembro (Domingo), ou noutras datas alternativas a combinar;

### Proposta

Iniciar démarches para a realização do I Festival de Música de Verão de Lagos, contactando potenciais interessados para a realização do mesmo, em parceria com a Autarquia, ou cedendo a Autarquia a realização do mesmo a uma empresa de prestígio, com condições a contratualizar, que implicará a inclusão no nosso Município no roteiro dos Festivais de Música de Verão no nosso País.

### Mais propostas para a economia:

- Apostar na realização de um Roteiro Turístico do Concelho de elevada qualidade de conteúdos e gráfica, com indicação dos locais a visitar, do património histórico mais relevante, das paisagens urbanas e naturais, dos produtos locais (gastronomia, artesanato, vinhos, etc.);
- Reformular locais da nossa Avenida de forma a implementar bolsas de estacionamento para autocarros de turismo no sentido dos mesmos poderem estacionar, e dando hipótese mais turistas visitarem a nossa cidade;
- Para facilitar a atuação das empresas e apoiar os empresários, criar o Gabinete do Empresário e do Investidor com uma estrutura multidisciplinar, ou seja, com técnicos de várias áreas autárquicas e políticos, que possam responder atempadamente às solicitações de investidor. Este órgão de natureza estratégica, devem se juntar de forma potenciar sinergias, a capacidade e a experiência dos empresários e investidores, com técnicos, investigadores e cientistas qualificados nas respetivas áreas de negócio e de saberes, por forma a valorizar a imagem de marca “Lagos dos Descobrimentos” e a promover a economia e os negócios locais;
- O Gabinete do Empresário e do Investidor, deverá elaborar uma estratégia de comunicação e promoção da marca “Lagos dos Descobrimentos”, continuando a aposta no sector turístico, acrescentando-lhe, entre outros, a mais-valia da

gastronomia local, como o pescado fresco e os mariscos, valorizando os produtos locais, apostando nos mercados tradicionais e nichos de mercado já descobertos, mas tentando encontrar novos públicos-alvo;

- O Gabinete do Empresário e do Investidor servirá de porta única para os apoiar e orientar no contacto e acesso aos serviços municipais e aos órgãos autárquicos, agilizando recursos e parceiros capazes de uma resposta rápida e eficaz que se adequa às necessidades de quem pretenda investir, instalar empresas e realizar negócios, ajudando na identificação das oportunidades, os potenciais parceiros e na captação de recursos e meios que facilitem a concretização das oportunidades e iniciativas de investimento;
- Isenção de pagamento de estacionamento na Avenida durante os meses mais problemáticos de 2021, nomeadamente: Janeiro, Fevereiro, Março, Outubro, Novembro e Dezembro;
- Criação de apoio ao arrendamento comercial, atribuindo uma verba, durante o ano de 2021, para ajudar a pagar as rendas comerciais, com a elaboração de um regulamento para o efeito;
- Voltar a isentar o pagamento de taxas de publicidade e de pagamento da área de esplanadas para 2021;
- Afetar uma verba de apoio a fundo perdido ao comércio e restauração (empresas e empresários em nome individual) que cumpram certas condições, nomeadamente, um nível de quebras de faturação (a definir), sem dívidas à AT e à SS;
- Isenção de pagamento de rendas Municipais, em 2021, nos Estabelecimentos Comerciais em Espaços Municipais;

- Ajuste rendas de fogos Municipais, em caso de quebra de rendimentos da família;
- O Município, logo que seja possível (após a pandemia) em colaboração com as empresas e cidadãos deve assumir a liderança em conceber um programa promocional bem fundamentado e estruturado de atração do investimento privado para ganhar a atenção de investidores internacionais. Nele potenciar o clima, a segurança, a qualidade paisagística, ambiental e urbana, a ligação histórica e patrimonial sob a marca “Lagos dos Descobrimentos”, posicionando-a nos mercados mais adequados e nos nichos do mercado turístico internacional com maior potencial na criação de riqueza e motivando e apoiando os nossos empresários para que estes se integrem nesse programa e consigam conquistar mercados para os seus produtos e serviços;

32- Sobre Promover o Desenvolvimento Ambiental e face às ruturas de água que têm acontecido é aconselhável, que todos os anos sejam previstas montantes no orçamento para substituir condutas de água mais antigas. Lembro que no Bairro Operário a Câmara Municipal depois de muitas ruturas de água, tiveram que ser substituídas as condutas de água para acabar com as sucessivas queixas dos cidadãos. Em Bensafrim, e após mais de 3 anos, que a Câmara isentou o pagamento da água aos seus habitantes devido às muitas ruturas da conduta principal de água que abastece Bensafrim, caricatamente e depois de tanto tempo a conduta definitiva ainda não foi substituída;

33- Entretanto têm acontecido ruturas, em vários sítios da cidade (a mais conhecida é a conduta que vem da rotunda do Barco até à Renault) que já rebentou várias vezes e que urge a sua substituição, dado que é grande o stress das pessoas quando lhes falta a água, como é natural. Queria questionar relativamente à água, quais são as perdas de água no nosso Município no ano de 2019 e de 2020 e quanto é que essas perdas de água representaram de custos para a Autarquia?;

34- Relativamente ao Eixo III, e no que concerne a Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural, chamo à atenção da proposta que foi aprovada por unanimidade em

Reunião de Câmara de 08-01-2020, designada por “Iluminação das Muralhas”, que não foi operacionalizada até agora, nem sequer colocada nas Grandes Opções do Plano, nem no Orçamento, que recorro o teor da mesma:

Considerando que:

1. A iluminação das muralhas, foi um projeto bem planeado, e melhor executado e que melhorou substancialmente o aspeto das nossas muralhas e torreões;
2. Durante alguns anos, esta iluminação tornou-se num dos ex-libris da nossa cidade, à imagem do que acontece noutros Municípios;
3. Por variadas razões este projeto acabou, dado que a iluminação das muralhas e torreões, lamentavelmente deixou de existir;

### Proposta

1. Voltar a implementar o projeto da iluminação do nosso pano de muralhas e torreões, lançando um concurso público de execução, caso seja necessário, para dignificar novamente o nosso património histórico e cultural.
- 35- Pergunto ao Sr. presidente se tem intenções de executar a deliberação de Câmara para iluminar o pano de muralhas?
- 36- Avaliar a realocação do novo Quartel de Bombeiros, continuam as dúvidas sobre o que fazer com o quartel da Bombeiros, dúvida essa que já vem expressa em vários documentos de anos anteriores do documento das GOP. Existem terrenos para o realocar? Se sim, quais as opções? São terrenos camarários? Se não são, quanto vão custar? Tem a Câmara Municipal desafogo orçamental para ajudar a construir um quartel de raiz, ou são os Bombeiros que vão pagar este novo equipamento? São estas questões que se deveriam ter como esclarecidas;

37- A Criação de uma Identidade para as rotundas – carece de melhor fundamentação, já que até hoje não existe nenhuma identidade para as rotundas. Esta é uma obra que tem vindo a ser adiada ano após ano;

38- Relativamente ao Objetivo Estratégico IV (Lagos mais próxima das pessoas) – Incrementar a participação dos Cidadãos – esta tem sido uma lacuna da nossa Autarquia e até o Orçamento Participativo tem tido um desempenho bastante abaixo do que se pretendia. Existem muitas formas de apelar à participação das pessoas e que devem ser consideradas, nomeadamente e como exemplo a que Lagos com Futuro lançou no FB, O PROJECTO AMAR LAGOS (<https://www.facebook.com/Lagos-com-Futuro-165849743594430>), onde solicitamos a participação dos cidadãos, com ideias e sugestões, para melhorar a cidade e consequentemente tivemos muita participação até ao momento, nomeadamente cerca de 200 comentários e e-mails, 935 likes e 242 partilhas. Vamos continuar a promover esta participação e outras do género, porque é isso que as pessoas esperam dos políticos, ou seja, que as escutem. Quando menos esperamos, acabamos por receber ideias que podem se tornar mais-valias para a cidade;

39- De seguida vamos apresentar uma proposta que realizei em 08-1-2020, em representação da LCF, que foi aprovada por unanimidade, mas que não foi ainda executada, nem considerada nas GOP, nem no Orçamento, que se designa por “Realização de Protocolo com Universidades no âmbito de trabalhos científicos sobre o nosso município, para a concretização de uma estratégia Municipal”, pergunto ao Sr. presidente se pretende fazer cumprir esta deliberação da Câmara?;

**Proposta:**

Considerando que:

1. As Autarquias desde há anos, procuram através da realização de Planos Estratégicos, o desenvolvimento sustentável dos seus territórios. O novo paradigma autárquico, impõe novas soluções, tendo em conta, não a continuação apenas e só do antigo paradigma da “obra visível”, que provocou elevados endividamentos nas Autarquias, mas também através de novas soluções para os Municípios, que permitem um maior desenvolvimento económico/social, através da participação de todos os interessados, que somos, em primeiro lugar, todos nós, contribuindo com a discussão de ideias, mas também, associado, com acordos/protocolos com as Universidades, tendo em conta as suas competências, e onde se produz, mais e melhor “Conhecimento Científico”;
2. Realizar diagnósticos das nossas fraquezas e forças, das oportunidades e ameaças latentes nos mercados, abrindo esta discussão, às diferentes sensibilidades existentes na Universidade, nomeadamente no âmbito das disciplinas de economia/gestão, do urbanismo/arquitetura, da sociologia, do marketing e comunicação, da biologia ambiental, marinha e terrestre, do social, do desporto, do turismo, das engenharias, da saúde, entre outros, é um novo caminho que terá que ser percorrido, casando todas os diversos conhecimentos/ciências;
3. Convidar alunos de Universidades, através de um protocolo de cooperação, que estejam a concluir licenciaturas, que estejam a frequentar cursos de mestrados, de doutoramentos e pós doutoramentos, que queiram realizar trabalho técnico e científico no âmbito de trabalhos e estudos universitários, sobre a nossa Autarquia, é um novo e inovador caminho, para obtermos conhecimento científico sobre a nossa terra, e conseguirmos diferenciar e situar estrategicamente a nossa cidade, tendo em conta as suas especificidades, comparativamente com outras cidades;
4. Convidar alunos da universidade, que queiram vir realizar estágios profissionais na nossa autarquia, no âmbito da conclusão de licenciaturas, também pode ser outra medida potenciadora de mais-valias para a nossa autarquia;

5. Através de acordos de cooperação com Universidades, podemos encetar um novo caminho, diferenciado e inovador na sua implementação;
6. Todos os contributos académicos/científicos, serão vertidos para um documento estratégico Municipal, para os próximos 15/20 anos, que resultará numa visão futura, científico do nosso Município.

### Proponho

1. Encetar conversações com a Universidade do Algarve e/ou com outras Universidades Nacionais e Estrangeiras, elaborando um memorando de apresentação do projeto, no sentido de aprofundar acordo(s) de cooperação, inovadores na sua essência, com a nossa Autarquia, com o objetivo de encontrar novas “visões” estratégicas para o futuro da nossa Terra, e conseqüentemente nos projetarmos para patamares superiores de desempenho Autárquico;
2. É também uma forma de podermos fixar estudantes de mestrado e doutoramento que possam regressar a Lagos no pós-licenciatura, convidando as universidades a fomentarem estes níveis académicos no nosso concelho em áreas relacionadas com o turismo de natureza, investigação na economia do mar, etc, e bem como incluir as disciplinas de economia/gestão, do urbanismo/arquitetura, da sociologia, do marketing e comunicação, da biologia ambiental, marinha e terrestre, do desporto, do turismo, das engenharias, da saúde, entre outras áreas que se venham a definir, para a realização de trabalhos de conclusão de cursos, em estudos de caso sobre o Município de Lagos. Estes níveis académicos, por terem um universo populacional mais reduzido que as licenciaturas, poderia ser viabilizado com o apoio logístico da CML;
3. Enquadrar no âmbito do regulamento das bolsas de estudo, ou outro regulamento mais favorável a elaborar, pagamentos de bolsas, que permitem uma maior atratividade a este projeto de alunos de excelência.

Outras propostas

- 40- Apresentei na reunião de 20-05-2020 uma proposta com a designação “**Criação do Conselho Municipal de Turismo**” que foi chumbada, que proponha o seguinte: “*Atendendo ao supra referido, o Grupo de Cidadãos Independentes Lagos com Futuro vem recomendar a (re)criação do Conselho Municipal de Turismo, onde estejam presentes representantes de várias entidades ligadas às várias áreas que o Turismo abrange, da hotelaria, restauração, informação turística, entre outros, visando conhecer as dificuldades no terreno, propondo soluções, mostrando caminhos que possam ser percorridos em grupo, numa direção única que deve ser o aumento da qualidade dos serviços prestados, abrangendo mais mercados e suavizando a sazonalidade e com isto trazendo mais proveitos económico/sociais para Lagos*”. Atendendo que a pandemia trouxe-nos desafios importantes, que os poderes públicos têm que forçosamente de resolver, e tendo em conta a Opção **Estratégia IV (Lagos mais próxima das pessoas) e no Objetivo Estratégico Incrementar a Participação dos Cidadãos**, é minha opinião **que esta proposta, deve ser revista e aprovada, porque se encaixa claramente nesta Opção Estratégica IV, de aproximar a Câmara das Pessoas;**
- 41- Outra proposta apresentada por mim e pelo Sr. Vereador Nuno Serafim, na reunião de Câmara de 17-06-2020, designada por “*Criação de uma Plataforma Digital (APP) de Turismo Virtual que Contemple um Tour virtual 360º para Lagos*”, que infelizmente foi retirada da ordem do dia, porque não merecia a mesma ser chumbada, que sem dúvida, se bem implementada, seria uma mais-valia, no pós Covid, dado que o objetivo é trazer mais pessoas à cidade e estaríamos a potenciar a **Opção Estratégico III e o Objetivo Estratégico Promover o Desenvolvimento Económico e Ambiental**. Como exemplo da mais-valias de uma APP, é aquela, por exemplo, que o nosso governo tem vindo a potenciar a Staywaycovid, para ser descarregada nos telemóveis de todos nós de forma a monitorizar algum possível contacto com pessoas infetadas. Logo a divulgação de uma plataforma, como foi proposta na

Reunião de Câmara, será sempre uma mais-valia para a nossa cidade e para a nossa economia;

- 42- Sobre Feiras, Mercados, Conferências (Espaço/Pavilhão Multiusos)- Iniciar estudos no sentido de um espaço Multiusos que permita, para além da utilização deste espaço para a realização da Feira da Arte Doce, também a utilização do mesmo para a realização de eventos regulares todo o ano no nosso Concelho, que ajudarão a nossa economia, mas também se traduz em mais uma medida de combate à Sazonalidade;
- 43- Sobre Desporto- Com vista à promoção do desporto propomos a criação do Conselho Municipal do Desporto, nele participando técnicos municipais, representantes das associações e clubes, dos treinadores e dos atletas, destinado a definir os objetivos do sector, a coordenar e a elaborar um plano estratégico plurianual das atividades desportivas, programando em conjunto com as associações do sector a realização dos diferentes eventos e competições;
- 44- E ainda sobre desporto, valorizar a zona envolvente ao Estádio Municipal, para passar a funcionar como um espaço qualificado para a prática desportiva e de lazer da nossa cidade, ou em alternativa concretizar o Espaço/Pavilhão Multiusos neste espaço da cidade;
- 45- Sobre Proteção animal- Garantir um Município livre de espetáculos que explorem animais, como circo e touradas. Criar um banco alimentar para apoiar cuidadores de animais de rua. Instalar um forno crematório Municipal para animais domésticos, respondendo às necessidades de encontrar uma solução digna, bem como para cumprir as regras comunitárias;
- 46- A discussão de Orçamento Municipal e das Grande Opções do Plano deve ser realizado de uma forma séria e competente, atendendo que desta discussão emergem as políticas a serem implementadas em prol do Município e dos



munícipes. Infelizmente para além da apresentação da proposta da Câmara realizada pelo Sr. Presidente, a discussão da proposta não existiu. A minha opção foi de concretizar um documento no âmbito da Declaração de Voto, que traduzisse um conjunto de propostas, algumas delas já aprovadas, mas não concretizadas, outras que foram chumbadas, mas que deveriam ser repensadas dado a conjuntura negativa que atravessamos e que se torna imperativo a concretização de medidas para protegermos a economia local e a potencializarmos. Vou à imagem de anos transatos, voltar a me abster nesta proposta sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Ano de 2021.

Luís Barroso

Vereador Lagos com Futuro